

# SEDES - DF

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
DO DISTRITO FEDERAL

Pedagogia- Especialista  
em Desenvolvimento e  
Assistência Social (EDAS)

**EDITAL Nº 1, DE 13 DE MAIO DE 2026**

CÓD: SL-119MA-26  
7908433298328

## Língua Portuguesa

|   |    |
|---|----|
| 1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados .....  | 9  |
| 2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais .....   | 17 |
| 3. Domínio da ortografia oficial .....  | 21 |
| 4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.....  | 23 |
| 5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....   | 24 |
| 6. Emprego de tempos e modos verbais .....  | 25 |
| 7. Domínio da estrutura morfosintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto..... | 28 |
| 8. Emprego das classes de palavras .....  | 30 |
| 9. Emprego dos sinais de pontuação .....  | 40 |
| 10. Concordância verbal e nominal .....   | 46 |
| 11. Regência verbal e nominal.....  | 50 |
| 12. Emprego do sinal indicativo de crase.....   | 54 |
| 13. Colocação dos pronomes átonos.....  | 56 |
| 14. Reescrita de frases e parágrafos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....   | 57 |
| 15. Significação das palavras.....  | 59 |
| 16. Substituição de palavras ou de trechos de texto .....   | 60 |

## Conhecimentos do Distrito Federal, Política para Mulheres, Legislação e Noções de Primeiros Socorros

|   |     |
|---|-----|
| 1. Tópicos atuais e relevantes acerca da realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e do entorno (RIDE), instituída pela Lei Complementar Federal nº 94/1998 e suas alterações; e regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.469/2011 e suas alterações..... | 73  |
| 2. Plano Distrital de Política para Mulheres (PDPM).....  | 78  |
| 3. Lei Orgânica do Distrito Federal (Título VI – Da Ordem Social e do Meio Ambiente).....   | 84  |
| 4. Lei Complementar nº 840/2011 e suas alterações (Título I – Das Disposições Preliminares; Título V – Dos Deveres; Título VI – Do Regime Disciplinar; Título VII – Dos Processos de Apuração de Infração Disciplinar) .....  | 98  |
| 5. Lei Federal nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha) .....  | 109 |
| 6. Lei Distrital nº 7.484/2024.....   | 116 |
| 7. Noções básicas de primeiros socorros: cuidados iniciais com a vítima, reconhecimento de situações de urgência e emergência, acionamento do socorro especializado e condutas básicas em casos de engasgo, sangramento, fratura, queimadura, desmaio, convulsão e intoxicação .....  | 119 |

## Fundamentos, Organização, Gestão e Marcos Normativos da Assistência Social

|   |     |
|---|-----|
| 1. LOAS, PNAS/2004 e SUAS: princípios, diretrizes, objetivos, organização da assistência social, proteção social básica e especial, seguranças socioassistenciais, matricialidade sociofamiliar, territorialização e intersetorialidade ..... | 143 |
|---|-----|

## ÍNDICE

|   |     |
|---|-----|
| 1. NOB/SUAS: responsabilidades dos entes, cofinanciamento, gestão do trabalho e estruturação da rede .....  | 144 |
| 2. NOB-RH/SUAS (Resolução CNAS nº 269/2006 e suas alterações) .....   | 167 |
| 3. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: serviços da proteção social básica e da proteção social especial de média e alta complexidade .....   | 184 |
| 4. Instâncias de pactuação, deliberação e controle social no SUAS: CIT, CIB, Conselhos e Conferências de Assistência Social .....                             | 210 |
| 5. CadÚnico e Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda .....   | 212 |
| 6. MROSC: instrumentos de parceria, chamamento público, execução, monitoramento e prestação de contas nas parcerias com organizações da sociedade civil ..... | 213 |

## Direitos, Violações De Direitos e Vulnerabilidades Sociais

|   |     |
|---|-----|
| 1. Crianças, adolescentes e juventude: ECA, Estatuto Digital da Criança e do Adolescente .....  | 235 |
| 2. Convivência familiar e comunitária, acolhimento, adoção e violência contra crianças e adolescentes .....   | 274 |
| 3. SINASE .....   | 277 |
| 4. Mulheres e violência de gênero: violência doméstica e familiar contra a mulher, medidas protetivas, rede de atendimento; Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Lei Maria da Penha ..... | 289 |
| 5. Pessoa idosa e pessoa com deficiência: Estatuto da Pessoa Idosa, Política Nacional do Idoso e LBI .....  | 298 |
| 6. População em situação de rua, pobreza e exclusão social: desproteção social e Política Nacional para a População em Situação de Rua .....  | 329 |
| 7. Diversidade, equidade e relações étnico-raciais: diversidade sexual e de gênero, relações étnico-raciais, crimes de preconceito de raça ou cor e entendimento do STF sobre homotransfobia .....                      | 332 |

## Programas, Benefícios E Instrumentos Socioassistenciais Do Distrito Federal

|  |     |
|--|-----|
| 1. Programa de Provisão Alimentar Direto em Caráter Emergencial – Cartão Prato Cheio (Lei Distrital nº 7.009/2021 e suas alterações; Decreto nº 42.873/2021 e suas alterações) ..... | 341 |
| 2. Programa Cartão Gás (Lei Distrital nº 6.938/2021 e suas alterações; Decreto nº 42.376/2021 e suas alterações) .....   | 342 |
| 3. Plano DF Social (Lei Distrital nº 7.008/2021 e suas alterações; Decreto nº 42.872/2021; Portaria nº 42/2023) .....  | 344 |
| 4. Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social do Distrito Federal (Lei Distrital nº 5.165/2013; Decreto nº 35.191/2014) .....  | 350 |
| 5. SISAN/Restaurante Comunitário (Seção II do Decreto nº 33.329/2011 e suas alterações) .....  | 354 |

## Conhecimentos Específicos Pedagogia - Especialista em Desenvolvimento e Assistência Social (EDAS)

|   |     |
|---|-----|
| 1. Fundamentos da Educação e Pedagogia Social: Concepções de educação: abordagens críticas, histórico-dialéticas e emancipatórias; educação popular. Educação formal, não formal e informal ..... | 361 |
| 2. Educação social e pedagogia social: a educação como instrumento de inclusão e garantia de direitos .....   | 362 |
| 3. Formação do pedagogo no Brasil e sua atuação em contextos não escolares .....  | 364 |

## ÍNDICE

|   |     |
|---|-----|
| 1. Desafios contemporâneos da educação em contextos de vulnerabilidade: evasão escolar, analfabetismo, Educação de Jovens e Adultos (EJA), educação inclusiva e diversidade .....                           | 365 |
| 2. Direito Educacional: A Educação na Constituição Federal de 1988 .....  | 366 |
| 3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei Federal nº 9.394/1996 e suas alterações).....  | 370 |
| 4. Princípios e organização da educação brasileira .....  | 389 |
| 5. Gestão democrática da educação .....   | 391 |
| 6. O Pedagogo no SUAS: Planejamento e Prática Socioeducativa: Atribuições e a dimensão pedagógica do trabalho nas equipes do SUAS (CRAS, CREAS e Unidades de Acolhimento).....                              | 397 |
| 7. Planejamento participativo: elaboração, execução, registro, monitoramento e avaliação de projetos socioeducativos....  | 398 |
| 8. Metodologias participativas e educação em grupo: oficinas, atividades socioeducativas e práticas coletivas .....   | 400 |
| 9. Educação, comunidade e território: trabalho socioeducativo voltado ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.....  | 401 |
| 10. Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, trabalho em rede e articulação intersetorial (assistência social, educação, saúde e justiça) .....  | 403 |
| 11. Intervenção Pedagógica nas Situações de Vulnerabilidade e Violência: Atuação pedagógica na prevenção e enfrentamento das violências (doméstica, contra a mulher, crianças, adolescentes e idosos) ..... | 404 |
| 12. Processos educativos com famílias e indivíduos em situações de negligência, abandono, institucionalização e exclusão social .....   | 405 |
| 13. A atuação pedagógica em contextos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.....  | 407 |
| 14. A intervenção pedagógica na política sobre drogas e nas estratégias de redução de danos .....   | 408 |
| 15. Educação para a cidadania, autonomia e protagonismo social .....  | 409 |
| 16. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012) .....   | 411 |



# LÍNGUA PORTUGUESA

## COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

### SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

#### ► Elementos da Situação Comunicativa

▪ **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.

*Ex.: Um professor explicando um conceito para seus alunos.*

▪ **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.

*Ex.: Os alunos que escutam a explicação do professor.*

▪ **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.

*Ex.: As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.*

▪ **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.

*Ex.: A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).*

▪ **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.

*Ex.: O idioma português usado na explicação.*

▪ **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.

*Ex.: A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.*

#### ► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

#### **Exemplo prático:**

*Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:*

*“Proibido estacionar das 8h às 18h.”*

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

#### **Exemplos de Situações Comunicativas**

▪ **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.

▪ **Mensagem:** “Vamos ao cinema hoje?”

▪ **Canal:** Fala direta ou mensagem de texto.

▪ **Texto publicitário:** Uma propaganda com o objetivo de persuadir o consumidor a adquirir um produto.

▪ **Mensagem:** “Aproveite a promoção imperdível desta semana!”

▪ **Canal:** Anúncio visual em redes sociais.

▪ **Documento oficial:** Uma circular enviada por uma empresa para seus colaboradores.

▪ **Mensagem:** “Informamos que haverá uma reunião às 14h na sala 3.”

▪ **Canal:** E-mail corporativo.

#### ► Análise em Concursos Públicos

Em provas, questões sobre situação comunicativa geralmente pedem que o candidato identifique os elementos da comunicação em um texto, analise o contexto de produção ou interprete as intenções do emissor. Para isso, é importante:

▪ **Identificar o objetivo do texto:** Informar, persuadir, instruir, entre outros.

▪ **Reconhecer o público-alvo:** Determina a forma como a mensagem é construída.

▪ **Analisar o contexto cultural e social:** Esses fatores moldam a escolha do código e do tom do enunciado.

A situação comunicativa é um conceito amplo, mas central para a análise textual e a compreensão de mensagens. Ao identificar e compreender seus elementos, o leitor pode interpretar textos com maior precisão, seja no cotidiano ou em situações acadêmicas e profissionais.

Esta habilidade é especialmente valorizada em provas de concursos públicos, onde a capacidade de análise contextual é frequentemente testada.

**PRESSUPOSIÇÃO E INFERÊNCIA**

A pressuposição e a inferência são elementos fundamentais no processo de compreensão textual. Ambas lidam com informações implícitas, mas possuem características distintas. Esses conceitos aparecem frequentemente em provas de concursos públicos, especialmente em questões que exigem a análise do sentido profundo de um texto.

Dominar essas habilidades é essencial para interpretar mensagens de maneira eficaz e precisa.

► **Pressuposição**

A pressuposição refere-se às informações subentendidas em um enunciado, mas que são consideradas verdadeiras para que a mensagem faça sentido. Trata-se de elementos implícitos que não são afirmados diretamente, mas que o emissor assume que o receptor já conhece ou aceita.

**Características da Pressuposição:**

- É subentendida, mas fundamental para a compreensão do enunciado.
- Geralmente, permanece verdadeira mesmo que a frase seja negada.

*Ex.: “Ana parou de fumar.”*

- **Pressuposição:** Ana fumava antes.

Se a frase for negada (“Ana não parou de fumar”), a pressuposição ainda se mantém.

*“O evento será transferido para outro local.”*

- **Pressuposição:** Já havia um local previamente definido para o evento.

**Uso em Concursos:**

Em questões de interpretação textual, a pressuposição costuma ser abordada para testar a capacidade do candidato de identificar informações implícitas no texto.

**Questão modelo:**

Leia a frase: “João voltou para casa.”

O que se pode pressupor?

- (A) João nunca saiu de casa.
- (B) João estava em casa anteriormente.

**Resposta correta:** (B) João estava em casa anteriormente.

► **Inferência**

A inferência consiste na construção de significados que vão além do que está explicitamente dito no texto. Diferentemente da pressuposição, a inferência é uma conclusão lógica que o leitor ou ouvinte faz com base nas informações fornecidas pelo enunciado.

**Características da Inferência:**

- É uma dedução que depende do contexto e do conhecimento prévio do leitor.
- Pode variar de acordo com a interpretação individual.

*Ex.: “Joana saiu de casa levando um guarda-chuva.”*

- **Inferência:** Provavelmente, Joana espera que vá chover.

*“Pedro não foi trabalhar porque estava doente.”*

- **Inferência:** Pedro está impossibilitado de trabalhar devido à doença.

► **Diferenças entre Pressuposição e Inferência**

| Aspecto              | Pressuposição                                  | Inferência                          |
|----------------------|--|-------------------------------------|
| Definição            | Informação implícita assumida como verdadeira. | Conclusão lógica com base no texto. |
| Origem               | Está na construção gramatical do enunciado.    | Depende da interpretação do leitor. |
| Necessidade do texto | Essencial para a compreensão do enunciado.     | Complementa o significado do texto. |

*Exemplo Comparativo: “Clara voltou ao trabalho.”*

- **Pressuposição:** Clara estava afastada do trabalho.
- **Inferência:** Clara provavelmente superou o motivo de seu afastamento.

► **Estratégias para Identificação**

**Para reconhecer pressuposições:**

- **Pergunte-se:** “O que precisa ser verdadeiro para que esta frase faça sentido?”
- Analise expressões típicas que carregam pressuposições, como voltar, parar, continuar, começar.

**Para identificar inferências:**

- Observe as informações explícitas e o contexto do texto.
- Relacione essas informações ao conhecimento prévio ou à lógica subjacente.

A distinção entre pressuposição e inferência é essencial para a interpretação textual, pois ambas enriquecem a compreensão das mensagens. A pressuposição está diretamente ligada à estrutura do texto e às informações subentendidas, enquanto a inferência depende de uma análise lógica por parte do leitor.

# CONHECIMENTOS DO DISTRITO FEDERAL, POLÍTICA PARA MULHERES, LEGISLAÇÃO E NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS

**TÓPICOS ATUAIS E RELEVANTES ACERCA DA REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO DISTRITO FEDERAL E DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO (RIDE), INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 94/1998 E SUAS ALTERAÇÕES; E REGULAMENTADA PELO DECRETO FEDERAL Nº 7.469/2011 E SUAS ALTERAÇÕES**

## FORMAÇÃO HISTÓRICA E A CONCEPÇÃO DO ESPAÇO MODERNISTA

A transferência da capital federal para o Planalto Central não foi um evento isolado, mas a culminância de um projeto de Estado que remontava ao período imperial e às primeiras constituições republicanas. A construção de Brasília, iniciada em 1956 sob o governo de Juscelino Kubitschek, simbolizou a estratégia de **interiorização do desenvolvimento** e a busca pela integração de um país até então excessivamente voltado para o litoral.

### ► O Projeto Urbanístico e a Ideologia Modernista

O Plano Piloto, desenhado por Lúcio Costa, foi estruturado sobre dois eixos que se cruzam: o Eixo Rodoviário (residencial) e o Eixo Monumental (administrativo e político). A cidade foi concebida sob os preceitos do **Urbanismo Modernista**, que pregava a setorização rigorosa das funções urbanas.

- **Setorização:** Áreas específicas para moradia, comércio, lazer e administração, visando a organização racional da vida cotidiana.
- **Abertura Espacial:** O uso de escalas monumentais e a ausência de cruzamentos em nível (tesourinhas) visavam priorizar o fluxo rodoviário e a sensação de amplitude.

### A Realidade dos Candangos e a Exclusão Socioespacial

Embora o projeto modernista previsse uma cidade igualitária e funcional, o processo de construção revelou contradições sociais profundas. Milhares de trabalhadores, conhecidos como **candangos**, migraram de diversas regiões do país especialmente do Nordeste e de Goiás em busca de oportunidades nas frentes de trabalho da Novacap.

Diferente do que sugeria o planejamento inicial, que imaginava a absorção desses trabalhadores no tecido urbano planejado, o alto custo de vida e a falta de provisões habitacionais para as classes populares forçaram o surgimento de núcleos urbanos fora do Plano Piloto.

- **Cidades Satélites:** O que hoje conhecemos como Regiões Administrativas (RAs), como Taguatinga e Sobradinho, surgiu para abrigar a população que não encontrava espaço no centro projetado.
- **Dualidade Territorial:** Desde o início, consolidou-se uma estrutura de “centro-periferia”, onde o centro administrativo detinha a infraestrutura completa, enquanto as áreas externas cresciam de forma acelerada, muitas vezes com carência de serviços básicos.

### A Interiorização e a Nova Dinâmica Regional

A fundação de Brasília alterou permanentemente a rede urbana do Centro-Oeste brasileiro. Cidades vizinhas em Goiás e Minas Gerais passaram a orbitar em torno da nova capital, atraindo fluxos migratórios e transformando o cerrado — anteriormente visto como um “vazio demográfico” por setores do governo em um polo de conexão política e econômica nacional.

Essa ocupação não foi apenas urbana; ela foi o motor para a expansão da fronteira agrícola e para a criação de novas rotas logísticas que conectaram o Norte e o Sul do Brasil por via terrestre, consolidando o Distrito Federal como o verdadeiro coração geopolítico do país.

## GEOGRAFIA E REALIDADE ÉTNICA NO PLANALTO CENTRAL

O Distrito Federal está situado em uma região de chapadões, com altitudes que variam entre 1.000 e 1.200 metros. Esta posição geográfica não é apenas um detalhe topográfico; ela define o papel estratégico da região como o “berço das águas” e impõe desafios climáticos específicos à população.

### O Bioma Cerrado e o Ciclo das Águas

Inserido no coração do Cerrado, o DF apresenta uma biodiversidade adaptada a extremos. A vegetação de troncos retorcidos e raízes profundas cumpre a função vital de absorver as chuvas de verão para alimentar os lençóis freáticos que sustentam três das principais bacias hidrográficas da América do Sul: a do Paraná, a do São Francisco e a do Tocantins-Araguaia.

- **Sazonalidade:** O clima Tropical de Altitude é marcado por duas estações bem definidas. O inverno é caracterizado por uma seca severa e baixos índices de umidade relativa do ar (muitas vezes abaixo de 10%), o que impacta a saúde pública e aumenta o risco de queimadas.
- **Recursos Hídricos:** O abastecimento da população depende de reservatórios como o **Descoberto** e o **Santa Maria**. O crescimento populacional acelerado e a ocupação de áreas de mananciais são os principais pontos de atenção para a segurança hídrica futura.

### Composição Étnica e Identidade Cultural

Diferente de outras unidades da federação com séculos de história, o Distrito Federal possui uma composição étnica formada por um fluxo migratório intenso e constante. A população é um reflexo do encontro de todos os Brasis, o que gera uma identidade cultural híbrida e plural.

- **A Herança Migratória:** A base populacional foi formada inicialmente por mineiros, goianos e, predominantemente, nordestinos (maranhenses, piauienses e cearenses). Essa influência é visível na gastronomia, no vocabulário e nas festas populares.
- **Realidade Étnico-Racial:** O DF possui uma população majoritariamente parda e preta (cerca de 57%), concentrada sobretudo nas Regiões Administrativas de menor renda. Enquanto o Plano Piloto apresenta uma composição demográfica mais branca e de elite, as periferias são os polos de produção cultural negra e nordestina, manifestada no rap, no repente e no samba.
- **Povos Originários e Tradicionais:** Embora menos visível no discurso oficial, existe a presença de comunidades indígenas desaldeadas e grupos que buscam o reconhecimento de territórios tradicionais na região, lutando pela preservação de suas culturas em um ambiente altamente urbanizado.

### O Mosaico Social e a Estrutura Urbana

A distribuição étnica e social no território não é aleatória; ela segue os eixos de valorização imobiliária. O Distrito Federal apresenta um dos maiores contrastes socioespaciais do país. A “distância” entre as regiões de alta renda e as periferias vulneráveis é marcada não apenas por quilômetros, mas por barreiras de acesso a serviços públicos de qualidade, lazer e infraestrutura urbana.

A “brasiliensidade” é uma identidade em construção. Ela se manifesta tanto no orgulho pelo céu do Planalto e pela arquitetura monumental quanto na resistência cultural das cidades-satélites, que ressignificam o espaço urbano todos os dias através de feiras populares, movimentos artísticos e redes de solidariedade.

### A RIDE: INTEGRAÇÃO E DINÂMICAS DE ENTORNO

A **Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)** foi instituída pela Lei Complementar nº 94/1998. Ao contrário de uma Região Metropolitana comum, a RIDE é uma unidade administrativa que envolve entes federativos distintos: o Distrito Federal, os estados de Goiás e Minas Gerais, além da União.

### Estrutura e Composição

A RIDE foi criada para articular a ação administrativa em uma área onde os limites políticos não impedem o fluxo diário de pessoas. Atualmente, ela é composta pelo Distrito Federal e por dezenas de municípios goianos e mineiros. Entre os mais populosos e integrados ao cotidiano brasiliense, destacam-se:

- **Goiás:** Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.
- **Minas Gerais:** Unaí, Arinos e Cabeceira Grande.

### O Fenômeno do Movimento Pendular

O conceito central para entender a RIDE é o **movimento pendular**. Diariamente, centenas de milhares de pessoas saem dos municípios do Entorno em direção ao Distrito Federal para trabalhar ou estudar, retornando às suas casas ao final do dia.

- **Custo de Vida:** O Entorno funciona como uma área de habitação mais acessível em comparação ao alto custo imobiliário do DF.
- **Pressão sobre Serviços:** Como a oferta de empregos está concentrada no centro, o DF acaba absorvendo também a demanda por serviços públicos (especialmente saúde de alta complexidade) dessa população, gerando um debate constante sobre o financiamento dessas redes.

### Desafios de Gestão e Planejamento

A existência da RIDE impõe desafios jurídicos e logísticos únicos, pois as decisões dependem de acordos entre diferentes governadores e prefeitos.

- **Transporte Público:** Este é o gargalo mais visível. A regulação das linhas de ônibus interestaduais cabe à União (via ANTT), mas a operação impacta diretamente o trânsito e a mobilidade urbana do DF e das prefeituras locais.
- **Segurança Pública:** A criminalidade e o tráfico muitas vezes se aproveitam das divisas estaduais. A integração das polícias e o compartilhamento de inteligência são vitais para a redução da violência na região.
- **Saneamento e Meio Ambiente:** A gestão do lixo e a proteção dos mananciais que abastecem a capital exigem que municípios goianos e o DF trabalhem em sintonia, já que os rios não respeitam fronteiras políticas.

O Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE) é o órgão responsável por coordenar os serviços de interesse comum, como infraestrutura, geração de empregos e saneamento básico, buscando reduzir as desigualdades sociais gritantes que ainda separam o centro das periferias metropolitanas.

### Realidade Econômica e Política

O Distrito Federal ocupa uma posição de destaque no cenário nacional, detendo o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do país. No entanto, essa riqueza está concentrada em uma estrutura produtiva muito específica e em uma organização política que não segue o modelo de estados e municípios.

### A Força do Setor Terciário e o Peso do Estado

A economia brasiliense é essencialmente voltada para o **setor de serviços**, que responde por mais de 90% do PIB local. Diferente de outras regiões, onde a indústria ou o comércio de bens são os motores principais, aqui o coração da economia é a **Administração Pública**.

- **Administração, Defesa e Seguridade Social:** O governo (federal e distrital) é o maior empregador e o principal indutor do consumo. Isso gera uma economia estável, mas também vulnerável a oscilações nas políticas fiscais e cortes de gastos públicos.

# FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E MARCOS NORMATIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**LOAS, PNAS/2004 E SUAS: PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL, SEGURANÇAS SOCIOASSISTENCIAIS, MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR, TERRITORIALIZAÇÃO E INTERSETORIALIDADE**

## FUNDAMENTOS NORMATIVOS E POLÍTICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A LOAS é a principal base legal da Assistência Social no Brasil. Seu artigo 1º afirma que a assistência social é política de Seguridade Social não contributiva, realizada por meio de ações integradas da iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas. Essa redação tem grande importância porque define a Assistência Social como direito público, e não como favor, ajuda ocasional ou caridade. O usuário da política socioassistencial é sujeito de direitos, e o Estado possui responsabilidade direta na formulação, financiamento, execução, monitoramento e avaliação das ações.

Os objetivos da Assistência Social, segundo a LOAS, foram atualizados pela Lei nº 12.435/2011, que incorporou formalmente o SUAS à legislação. O artigo 2º passou a organizar os objetivos em três grandes dimensões: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos. A proteção social busca garantir a vida, reduzir danos e prevenir riscos, especialmente em relação à família, maternidade, infância, adolescência, velhice, pessoas com deficiência e integração ao mercado de trabalho. A vigilância socioassistencial analisa os territórios, identificando vulnerabilidades, riscos, ameaças e violações. A defesa de direitos assegura o acesso dos usuários às provisões socioassistenciais.

Os princípios da Assistência Social incluem a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre exigências de rentabilidade econômica, a universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade do cidadão, a igualdade de direitos no acesso ao atendimento e a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos. Esses princípios indicam que a política deve ser orientada pelo direito, pela equidade e pela transparência.

As diretrizes, por sua vez, expressam a forma de organização da política. Destacam-se a descentralização político-administrativa, a participação da população por meio de organizações representativas, a primazia da responsabilidade do Estado e a centralidade na família. A descentralização não significa ausência de coordenação nacional; ao contrário, pressupõe responsabilidades compartilhadas entre União, estados, Distrito Federal e municípios, cada qual com atribuições específicas no financiamento, na gestão e na oferta dos serviços.

A PNAS/2004 aprofunda essa concepção ao afirmar a Assistência Social como política pública de proteção social inserida no campo dos direitos. Sua importância está em traduzir os

comandos da LOAS em uma arquitetura institucional concreta, com definição de níveis de proteção, públicos prioritários, seguranças a serem garantidas e diretrizes estruturantes. Nesse sentido, LOAS, PNAS/2004 e SUAS devem ser lidos de forma integrada: a LOAS dá a base legal, a PNAS/2004 formula a orientação político-institucional e o SUAS organiza a gestão e a oferta da proteção socioassistencial.

## ORGANIZAÇÃO DO SUAS E NÍVEIS DE PROTEÇÃO SOCIAL

O SUAS organiza a Assistência Social como sistema público, descentralizado, participativo e articulado nacionalmente. Seu funcionamento depende da cooperação entre os entes federativos, da existência de fundos de assistência social, conselhos de controle social, planos de assistência social e mecanismos de pactuação. A lógica do sistema é garantir continuidade, padronização mínima, territorialização e qualidade na oferta dos serviços socioassistenciais, evitando ações fragmentadas, improvisadas ou dependentes apenas de vontades políticas locais.

A proteção social no SUAS é organizada em dois grandes níveis: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Essa divisão considera a intensidade das vulnerabilidades e dos riscos vivenciados pelos usuários e famílias. A Proteção Social Básica atua prioritariamente na prevenção de riscos sociais e pessoais, buscando fortalecer vínculos familiares e comunitários antes que ocorram rupturas ou violações mais graves. Seu principal equipamento público é o Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS, localizado preferencialmente em territórios com maior incidência de vulnerabilidade social.

O principal serviço da Proteção Social Básica é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, o PAIF. Ele realiza acompanhamento familiar, acolhida, orientação, encaminhamentos, ações comunitárias e fortalecimento da função protetiva das famílias. A proteção básica também se articula a benefícios como o Benefício de Prestação Continuada e os benefícios eventuais, além de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Seu foco não é apenas atender demandas imediatas, mas ampliar a capacidade de proteção das famílias e dos territórios.

A Proteção Social Especial atende situações em que os direitos já foram ameaçados ou violados. Ela se subdivide em média e alta complexidade. A média complexidade atende pessoas e famílias que vivenciam violações de direitos, mas ainda mantêm vínculos familiares e comunitários. O principal equipamento é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o CREAS. Entre as situações atendidas estão violência doméstica, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, situação de rua, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e outras formas de violação.

A alta complexidade é destinada a situações em que há necessidade de proteção integral, inclusive com afastamento temporário do núcleo familiar ou comunitário. Envolve serviços de acolhimento institucional, acolhimento familiar, repúblicas,

residências inclusivas e outras modalidades que garantam moradia, cuidado, proteção e referência. Nesses casos, o desafio ético e técnico é proteger sem romper direitos, garantindo excepcionalidade, provisoriedade e respeito à dignidade dos usuários.

De modo sintético:

- Proteção Social Básica: previne riscos, fortalece vínculos e atua nos territórios por meio do CRAS.
- Proteção Social Especial de Média Complexidade: atende violações de direitos sem rompimento total dos vínculos, com referência no CREAS.
- Proteção Social Especial de Alta Complexidade: oferece proteção integral quando há necessidade de acolhimento e afastamento temporário.

### SEGURANÇAS SOCIOASSISTENCIAIS E EIXOS ESTRUTURANTES

A PNAS/2004 organiza a Assistência Social a partir da noção de seguranças socioassistenciais. Essas seguranças expressam aquilo que a política deve garantir concretamente aos usuários. Entre elas, destacam-se a segurança de acolhida, a segurança de renda, a segurança de convívio ou vivência familiar e comunitária, a segurança de desenvolvimento da autonomia e a segurança de apoio e auxílio em situações circunstanciais. Essa formulação é importante porque desloca a assistência social de uma lógica de ações pontuais para uma lógica de garantias públicas.

A segurança de acolhida envolve escuta qualificada, recepção digna, identificação de necessidades e oferta de proteção em situações de abandono, violência, desabrigo ou vulnerabilidade extrema. A segurança de renda relaciona-se à provisão de benefícios capazes de reduzir privações materiais, como o Benefício de Prestação Continuada e benefícios eventuais. A segurança de convivência familiar e comunitária busca preservar e fortalecer vínculos, reconhecendo que o isolamento social e a ruptura relacional também constituem expressões de desproteção. A segurança de autonomia refere-se ao fortalecimento das capacidades dos sujeitos para participação social, acesso a direitos e construção de projetos de vida.

A matricialidade sociofamiliar é um dos eixos centrais da PNAS/2004 e do SUAS. Ela significa que a família é tomada como referência fundamental para a proteção social, não porque seja responsabilizada isoladamente por suas dificuldades, mas porque é nela que muitas vulnerabilidades se expressam e também onde podem ser fortalecidas capacidades protetivas. Essa diretriz exige cuidado técnico: a centralidade da família não pode ser confundida com culpabilização familiar. O trabalho social deve considerar condições objetivas de vida, desigualdade social, pobreza, raça, gênero, território, ciclo de vida e acesso desigual às políticas públicas.

A territorialização é outro eixo essencial. Ela parte da ideia de que as vulnerabilidades não se distribuem igualmente no espaço social. Há territórios com maior concentração de pobreza, violência, precariedade urbana, ausência de equipamentos públicos e fragilidade de redes comunitárias. Por isso, o SUAS deve conhecer o território, mapear demandas, identificar riscos e organizar serviços próximos da população. A vigilância socioassistencial tem papel estratégico nesse processo, pois produz informações para planejar, monitorar e avaliar a política.

A intersectorialidade completa esse conjunto de eixos estruturantes. A Assistência Social não atua de forma isolada, pois as necessidades dos usuários atravessam saúde, educação, habitação, trabalho, previdência, justiça, segurança alimentar, cultura e direitos humanos. A intersectorialidade exige articulação entre políticas públicas, fluxos de encaminhamento, pactuação de responsabilidades e construção de respostas integradas. Sem ela, há risco de encaminhamentos vazios, fragmentação do atendimento e sobrecarga das famílias.

Assim, os eixos estruturantes podem ser compreendidos da seguinte forma:

- Seguranças socioassistenciais: definem as garantias que a política deve oferecer.
- Matricialidade sociofamiliar: organiza o trabalho social com centralidade na família, sem culpabilizá-la.
- Territorialização: orienta a atuação a partir das características concretas dos territórios.
- Intersectorialidade: articula a Assistência Social com outras políticas públicas e sistemas de garantia de direitos.

**NOB/SUAS: RESPONSABILIDADES DOS ENTES, COFINANCIAMENTO, GESTÃO DO TRABALHO E ESTRUTURAÇÃO DA REDE**

### RESOLUÇÃO Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

*Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS.*

**O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**, em reunião ordinária realizada nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro de 2012, no uso da competência que lhe conferem os incisos I, II, V, IX e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, resolve:

Art. 1º Aprovar a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS, anexa, apresentada pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT, apreciada e deliberada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Art. 2º O CNAS divulgará a NOB/SUAS amplamente nos diversos meios de comunicação e a enviará à Presidência da República, ao Congresso Nacional e demais entes federados para conhecimento, observância e providências cabíveis.

Art. 3º O CNAS recomenda as seguintes ações referentes à NOB/SUAS.

I – ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

- a) divulgá-la amplamente nos diversos meios de comunicação;
- b) incluí-la como conteúdo do Plano Nacional de Capacitação;
- c) publicá-la em meio impresso e distribuí-la, inclusive em braile e em meio digital acessível;
- d) regulamentar os blocos de financiamento em tempo hábil para que os municípios possam elaborar os seus Planos Plurianuais -PPA.

# DIREITOS, VIOLAÇÕES DE DIREITOS E VULNERABILIDADES SOCIAIS

**CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE: ECA, ESTATUTO DIGITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.**

*Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§1º A garantia de prioridade compreende: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

§ 2º Compete aos pais, além de zelar pelos direitos de que trata o art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visitação periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

§ 3º Para efeitos desta Lei, considera-se assistência afetiva: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

I – orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

II – solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

III – presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Parágrafo único. Considera-se conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a ação ou a omissão que ofenda direito fundamental de criança ou de adolescente previsto nesta Lei, incluídos os casos de abandono afetivo. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

## TÍTULO II DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

### CAPÍTULO I DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§1º O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§3º Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º A assistência referida no § 4º deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 6º A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 7º A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 8º A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 9º A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 8º-A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Parágrafo único. As ações destinadas a efetivar o disposto no caput deste artigo ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e serão dirigidas prioritariamente ao público adolescente. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

§1º Os profissionais das unidades primárias de saúde desenvolverão ações sistemáticas, individuais ou coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável, de forma contínua. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Os serviços de unidades de terapia intensiva neonatal deverão dispor de banco de leite humano ou unidade de coleta de leite humano. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente. (Incluído pela Lei nº 13.436, de 2017) (Vigência)

§ 1º Os testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido serão disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), na forma da regulamentação elaborada pelo Ministério da Saúde, com implementação de forma escalonada, de acordo com a seguinte ordem de progressão: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

I – etapa 1: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

a) fenilcetonúria e outras hiperfenilalaninemias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

b) hipotireoidismo congênito; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

c) doença falciforme e outras hemoglobinopatias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

d) fibrose cística; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

e) hiperplasia adrenal congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

f) deficiência de biotinidase; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

g) toxoplasmose congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

II – etapa 2: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

a) galactosemias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

b) aminoacidopatias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

# PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E INSTRUMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS DO DISTRITO FEDERAL

**PROGRAMA DE PROVIMENTO ALIMENTAR DIRETO EM CARÁTER EMERGENCIAL – CARTÃO PRATO CHEIO (LEI DISTRITAL Nº 7.009/2021 E SUAS ALTERAÇÕES; DECRETO Nº 42.873/2021 E SUAS ALTERAÇÕES)**

## LEI Nº 7.009, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

*Institui programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, denominado Cartão Prato Cheio.*

**O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica instituído o Cartão Prato Cheio, programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, destinado a amparar as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Art. 2º O Cartão Prato Cheio será concedido por meio de crédito para aquisição de gêneros alimentícios.

§ 1º As concessões do benefício dependem de disponibilidade orçamentária específica.

§ 2º Os critérios de concessão, o valor do benefício e sua vigência, a periodicidade de solicitação, o tempo de concessão, entre outros assuntos, serão definidos por ato do Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do país ou do Distrito Federal e de estudos técnicos sobre o tema.

§ 3º Considerando a dinâmica de solicitações e a disponibilidade orçamentária, fica autorizada a concessão de cesta básica in natura e cesta verde, conforme regulamentação prevista no § 2º.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no § 2º, o prazo para a utilização do crédito do Cartão Prato Cheio, a partir da sua concessão, não é inferior a 12 meses. (Acrescido(a) pelo(a) Lei 7294 de 19/07/2023)

§ 5º Fica proibida a utilização do crédito do Cartão Prato Cheio para aquisição de bebida alcoólica, cigarro ou qualquer outro produto que não tenha natureza estritamente alimentar, sob pena de perda do benefício para os beneficiários e de descredenciamento para os estabelecimentos. (Acrescido(a) pelo(a) Lei 7294 de 19/07/2023)

Art. 3º O crédito do Cartão Prato Cheio é intransferível.

Art. 4º O Banco de Brasília será a instituição financeira responsável por:

I – confeccionar e carregar os cartões na quantidade solicitada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – Sedes/DF;

II – restringir a utilização do crédito aos estabelecimentos classificados como atividade econômica voltada à comercialização de produtos alimentícios.

Art. 5º Cabe à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – Sedes/DF, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas, a coordenação, gestão e operacionalização do Cartão Prato Cheio, ficando autorizada a promover parcerias com outros órgãos e entidades da administração pública distrital.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 6º O Poder Executivo promoverá ampla divulgação, inclusive no Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal, dos critérios para concessão, da lista dos beneficiários e dos recursos investidos no programa.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 17 de dezembro de 2021

## DECRETO Nº 42.873, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

*Regulamenta a Lei nº 7.009, de 17 de dezembro de 2021, que institui o programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, denominado “Cartão Prato Cheio”.*

**O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:**

Art. 1º Fica regulamentado, nos termos deste Decreto, o provimento alimentar direto de caráter emergencial, denominado Programa Prato Cheio.

Art. 2º O Programa “Prato Cheio” será concedido por meio de crédito de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para aquisição de gêneros alimentícios.

§ 1º São critérios para concessão:

I - possuir renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo;

II - estar em situação de insegurança alimentar;

III - estar inscrito no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal ou no Sistema de Informação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal;

IV - residir no Distrito Federal.

§ 2º Será beneficiada, prioritariamente, a seguinte ordem:

I - famílias em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Grave; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

II - famílias monoparentais chefiadas por mulheres com crianças de 0 a 6 anos; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

III - famílias com crianças de 0 a 6 anos; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

IV - famílias com pessoas com deficiência; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

V - famílias com pessoas idosas; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

VI - população em situação de rua, com Plano Individual de Acompanhamento - PIA, em processo de saída de rua. (Acrescido(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

§ 3º Respeitada a priorização prevista no § 2º, a concessão do benefício seguirá ordem cronológica de solicitação, de acordo com a disponibilidade orçamentária mensal.

§ 4º É obrigatória a inclusão do número de CPF de todos os membros da composição familiar do beneficiário do Programa "Cartão Prato Cheio". (Acrescido(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

Art. 3º As concessões de provimento alimentar em caráter emergencial dependerão de disponibilidade orçamentária específica.

Art. 4º Serão regulamentadas por meio de portaria da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, entre outros assuntos, a periodicidade de solicitação e concessão do cartão Prato Cheio, a vigência do crédito, bem como a excepcionalidade de concessão da cesta básica in natura e a concessão da cesta verde.

Art. 5º Os contratos firmados para operacionalização do Programa Prato Cheio, com base no art. 19 do Decreto nº 33.329, de 10 de novembro de 2011, deverão ser aditivados para se adequar à nova regulamentação.

Art. 6º Revoga-se o art. 19 do Decreto nº 33.329, de 10 de novembro de 2011.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PROGRAMA CARTÃO GÁS (LEI DISTRITAL Nº 6.938/2021 E SUAS ALTERAÇÕES; DECRETO Nº 42.376/2021 E SUAS ALTERAÇÕES)**

**LEI Nº 6.938, DE 10 DE AGOSTO DE 2021**

*Institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos.*

**O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica instituído o Programa Cartão Gás, destinado a assegurar às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo o acesso ao gás liquefeito de petróleo (GLP 13 kg) para uso doméstico. (Artigo Alterado(a) pelo(a) Lei 7010 de 17/12/2021)

Art. 2º O Programa Cartão Gás consiste em concessão de auxílio financeiro, em parcelas sucessivas bimestrais no valor de R\$ 100,00, para aquisição do GLP 13kg.

Parágrafo único. O valor do auxílio financeiro pode ser alterado por ato do Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do País ou do Distrito Federal.

Art. 3º São condições para fazer jus ao auxílio de que trata esta Lei:

I – estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007;

II – possuir renda familiar per capita de até meio salário mínimo;

III – ter declarado comprometimento de renda com aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP no respectivo registro do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

IV – residir no Distrito Federal;

V – não se encontrar em situação de rua ou em acolhimento institucional coletivo;

VI – o responsável familiar ter idade igual ou superior a 16 anos.

§ 1º É passível de penalidade cível e penal o recebimento do benefício de que trata o art. 2º por diferentes membros integrantes de uma mesma família que vivem na mesma residência.

§ 2º O Poder Executivo, com base na disponibilidade orçamentária, estabelece critérios de priorização para pagamento do benefício.

Art. 4º Cabe à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – Sedes, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas, a coordenação, gestão e operacionalização do Programa Cartão Gás, ficando autorizada a promover parcerias com outros órgãos e entidades da administração pública, visando à consecução de ações para concessão do auxílio previsto nesta Lei.

Art. 5º (VETADO)

Art. 6º O Programa Cartão Gás caracteriza despesa continuada e depende de disponibilidade orçamentária específica. (Artigo Alterado(a) pelo(a) Lei 7010 de 17/12/2021)

Art. 7º O cadastro e a verificação da aptidão e da capacidade dos estabelecimentos comerciais interessados em participar do Programa Cartão Gás são realizados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. (Artigo Alterado(a) pelo(a) Lei 7475 de 29/02/2024) (Regulamentado(a) pelo(a) Portaria 7 de 16/04/2024)

Parágrafo único. Compete à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal editar os atos complementares necessários ao fiel cumprimento do disposto no caput. (Parágrafo Alterado(a) pelo(a) Lei 7475 de 29/02/2024) (Regulamentado(a) pelo(a) Portaria 7 de 16/04/2024)

Art. 8º O Programa Cartão Gás é financiado com recursos do Tesouro do Distrito Federal e depende de disponibilidade orçamentária específica.

Art. 9º Fica estabelecido o Banco de Brasília S.A. – BRB como o agente financeiro do Programa Cartão Gás.

Art. 10. O Poder Executivo promoverá ampla divulgação, inclusive no Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal, dos benefícios, dos beneficiários, das ações, dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.

Art. 11. (Artigo Revogado(a) pelo(a) Lei 7010 de 17/12/2021)

Art. 12. Ato do Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de agosto de 2021.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA SOCIAL: CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO: ABORDAGENS CRÍTICAS, HISTÓRICO-DIALÉTICAS E EMANCIPATÓRIAS; EDUCAÇÃO POPULAR. EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO FORMAL E INFORMAL**

## CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS

A educação pode ser compreendida como um processo permanente de formação humana. Desde o nascimento, o indivíduo entra em contato com valores, linguagens, hábitos, normas, crenças, conhecimentos e formas de convivência que o inserem em determinada cultura. Nesse sentido, educar significa participar da construção do sujeito, possibilitando que ele compreenda o mundo, atue sobre ele e desenvolva capacidades intelectuais, sociais, éticas e afetivas.

Uma concepção tradicional de educação costuma entendê-la como transmissão de conhecimentos previamente definidos. Nessa perspectiva, o professor ocupa o lugar central no processo educativo, sendo visto como aquele que detém o saber, enquanto o estudante é considerado receptor das informações. Embora essa abordagem tenha contribuído historicamente para a organização da escola moderna, ela é limitada quando reduz a aprendizagem à memorização e à repetição de conteúdos.

As concepções renovadoras e críticas ampliam esse entendimento ao defenderem que o estudante deve ser sujeito ativo da aprendizagem. Aprender não significa apenas receber informações, mas relacionar conhecimentos com experiências, problemas, interesses e contextos concretos. A educação, portanto, deve favorecer a reflexão, a investigação, a criatividade e a participação. Nessa direção, o ensino deixa de ser mera exposição e passa a ser mediação entre o conhecimento sistematizado e a realidade vivida pelos educandos.

A educação também pode ser compreendida como prática social. Isso significa que ela não ocorre isoladamente, mas está vinculada às condições históricas de cada sociedade. A escola, por exemplo, transmite conhecimentos científicos, valores culturais e normas de convivência, mas também reflete disputas sociais, desigualdades e diferentes projetos de formação humana. Por essa razão, a educação pode funcionar como mecanismo de reprodução social, quando apenas confirma hierarquias existentes, ou como possibilidade de transformação, quando promove consciência crítica, inclusão e participação democrática.

Outro aspecto fundamental é a relação entre educação e cultura. O processo educativo não se limita aos conteúdos formais, pois envolve modos de falar, pensar, sentir, agir e interpretar o mundo. Cada grupo social produz saberes e práticas que expressam sua história e sua identidade. Uma educação democrática precisa reconhecer essa diversidade cultural, evitando impor uma visão única de conhecimento. Isso não significa abandonar o conhecimento científico ou sistematizado, mas articulá-lo aos saberes sociais, populares e comunitários.

Assim, uma concepção ampla de educação considera que o ato educativo envolve intencionalidade, mediação e formação. Ele possui intencionalidade porque busca determinados objetivos; envolve mediação porque depende da relação entre educador, educando, conhecimento e contexto; e promove formação porque contribui para a construção da autonomia, da consciência e da participação social.

## ABORDAGENS CRÍTICAS, HISTÓRICO-DIALÉTICAS E EMANCIPATÓRIAS

As abordagens críticas da educação surgem da necessidade de compreender o ensino como prática ligada à realidade social. Elas questionam a ideia de neutralidade pedagógica e afirmam que educar envolve escolhas políticas, éticas e culturais. Nessa perspectiva, a educação não deve apenas preparar indivíduos para se adaptarem ao mundo existente, mas possibilitar que compreendam suas contradições e participem de sua transformação.

A perspectiva crítica considera que a escola está inserida em uma sociedade marcada por desigualdades. Diferenças de classe social, raça, gênero, território e acesso aos bens culturais interferem diretamente nas oportunidades educacionais. Por isso, não basta oferecer o mesmo ensino para todos sem considerar as condições concretas de vida dos estudantes. A igualdade educacional exige reconhecer desigualdades reais e construir práticas que ampliem o acesso, a permanência, a aprendizagem e a participação.

A abordagem histórico-dialética compreende a realidade como resultado de processos históricos e de contradições sociais. Aplicada à educação, essa perspectiva entende que o conhecimento não é algo pronto, descolado da vida, mas uma construção humana produzida ao longo do tempo. Ensinar, nesse sentido, é possibilitar que o estudante se aproprie criticamente dos conhecimentos historicamente elaborados, compreendendo sua origem, sua função social e sua relação com a realidade.

O pensamento histórico-dialético valoriza a mediação do educador. O professor não é apenas um facilitador espontâneo da aprendizagem, nem um transmissor mecânico de conteúdos.

Ele atua como mediador entre o estudante e o conhecimento, organizando situações de ensino que permitam compreender conceitos, analisar problemas e superar explicações superficiais. Essa mediação é essencial para que o educando avance do conhecimento imediato, baseado apenas na experiência cotidiana, para formas mais elaboradas de compreensão da realidade.

A educação emancipatória, por sua vez, tem como finalidade desenvolver autonomia, consciência crítica e participação social. Emancipar não significa simplesmente permitir que o sujeito faça escolhas individuais, mas criar condições para que ele compreenda as estruturas que condicionam sua vida e possa agir coletivamente para transformá-las. Trata-se de uma formação voltada à liberdade responsável, à dignidade humana e à construção de uma sociedade mais justa.

Nesse modelo, o diálogo ocupa posição central. O diálogo não é conversa superficial, mas encontro entre sujeitos que pensam, questionam, argumentam e constroem sentidos. Uma prática educativa emancipatória recusa autoritarismos, mas também não abandona a responsabilidade pedagógica. O educador orienta, problematiza, apresenta conhecimentos, escuta os estudantes e cria condições para que eles desenvolvam pensamento próprio.

#### **EDUCAÇÃO POPULAR, PEDAGOGIA SOCIAL E MODALIDADES EDUCATIVAS**

A educação popular é uma concepção educativa voltada à participação, ao diálogo e à transformação social. Ela parte da realidade vivida pelos sujeitos e reconhece que todos possuem saberes construídos em suas experiências de vida. Seu objetivo não é apenas transmitir conteúdos, mas promover a leitura crítica do mundo, fortalecendo a capacidade de organização, expressão e intervenção das comunidades.

Uma das características centrais da educação popular é a valorização do diálogo. O educador não se coloca como superior ao educando, mas como alguém que participa de um processo coletivo de construção do conhecimento. Isso não significa negar a importância do saber sistematizado, mas aproximá-lo da realidade concreta dos participantes. O conhecimento ganha sentido quando ajuda a compreender problemas reais, como desigualdade, exclusão, violência, trabalho, cidadania, direitos sociais e participação política.

A pedagogia social dialoga diretamente com essa perspectiva, pois se ocupa da educação em contextos sociais diversos, especialmente aqueles marcados por vulnerabilidades, exclusões ou necessidades de fortalecimento comunitário. Ela atua em espaços que vão além da escola, como projetos socioeducativos, instituições de acolhimento, organizações comunitárias, centros culturais, programas de assistência social e ações educativas voltadas a crianças, jovens, adultos e idosos.

Nesse campo, o educador social desempenha papel de mediação. Sua atuação exige sensibilidade, escuta, planejamento, conhecimento pedagógico e compromisso ético. Ele precisa reconhecer a história dos sujeitos, compreender o território em que vivem e promover práticas educativas que fortaleçam vínculos, autonomia e participação. A pedagogia social não deve ser confundida com assistência pontual; ela é uma prática educativa intencional, planejada e comprometida com a formação humana.

Para compreender a amplitude da educação, é importante distinguir educação formal, não formal e informal. A educação formal é aquela organizada em instituições reconhecidas, como escolas e universidades, com currículo, avaliação, certificação e normas próprias. A educação não formal ocorre em espaços educativos organizados fora do sistema escolar tradicional, como cursos livres, projetos comunitários, oficinas culturais, ações socioeducativas e movimentos sociais. Já a educação informal acontece nas experiências cotidianas, nas relações familiares, no convívio social, no trabalho, na mídia, nas redes sociais e nas práticas culturais.

Essas três modalidades não são opostas, mas complementares. A formação humana resulta da interação entre diferentes experiências educativas. Uma pessoa aprende na escola, mas também aprende em casa, na comunidade, no trabalho, nas relações sociais e nas vivências culturais. Por isso, uma visão ampla de educação precisa reconhecer que o conhecimento circula em múltiplos espaços e que a aprendizagem é um processo contínuo.

#### **EDUCAÇÃO SOCIAL E PEDAGOGIA SOCIAL: A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO E GARANTIA DE DIREITOS**

#### **EDUCAÇÃO SOCIAL: SENTIDO, FINALIDADE E COMPROMISSO COM A INCLUSÃO**

A educação social pode ser definida como uma prática educativa intencional, desenvolvida em contextos sociais variados, com a finalidade de promover inclusão, participação e desenvolvimento humano. Diferentemente de uma visão limitada ao ensino formal, ela considera que o processo educativo também acontece em espaços comunitários, culturais, assistenciais, socioeducativos e institucionais. Assim, a educação social atua onde há necessidade de formação, cuidado, orientação, convivência e fortalecimento da cidadania.

Seu principal compromisso é com a inclusão social. Incluir, nesse sentido, não significa apenas inserir uma pessoa em determinado espaço, mas garantir que ela tenha condições reais de participar, aprender, expressar-se, pertencer e exercer direitos. Uma criança matriculada na escola, por exemplo, pode continuar excluída se não aprende, se sofre discriminação, se não tem alimentação adequada, se vive em situação de violência ou se sua cultura é desvalorizada. A inclusão exige, portanto, olhar integral para o sujeito e para as condições concretas de sua vida.

A educação social também se relaciona diretamente com a ideia de vulnerabilidade. Pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes em acolhimento institucional, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, idosos abandonados, comunidades empobrecidas, pessoas com deficiência, migrantes e grupos vítimas de preconceito podem necessitar de ações educativas que fortaleçam sua autonomia e ampliem seu acesso a direitos. Nesses casos, educar é também acolher, orientar, escutar, mediar conflitos e criar possibilidades de reconstrução de trajetórias.